

A contribuição da História do abastecimento para a Historiografia brasileira

Pedro Henrique P. Campos – PPG-UFF

Esta apresentação aborda o que se produziu até hoje no Brasil sobre história do abastecimento e qual a sua contribuição para a historiografia do país. Há, no entanto, algumas balizas. O foco principal da apresentação lida com trabalhos que abordam o abastecimento no Rio de Janeiro no século XIX. O recorte foi feito para que não se tivesse um objeto muito extenso para apresentação e análise. Algumas pinceladas serão dadas em obras de outros recortes espaço-temporais, principalmente nos trabalhos importantes do tema.

A historiografia do abastecimento pode ser dividida em três grupos. O primeiro, mais antigo e incipiente, inclui os trabalhos de Mafalda Zemella e Myriam Ellis sobre o abastecimento da região das minas setecentistas. O segundo grupo, assim como o primeiro, vem da USP e é liderado por Sérgio Buarque de Holanda e Maria Odila Dias. Altamente inovador, eles abordam o período da independência do Brasil, dando uma nova interpretação a esta independência. O terceiro grupo, o mais amplo e o mais sistemático, é o grupo da história agrária feito em Niterói e no Rio de Janeiro e tem a liderança da professora Maria Yedda Linhares. Esse grupo é o de maior produção, diferencia-se por ter um método específico de pesquisa e por ser fortemente influenciado pela história regional francesa.

Apesar de o tema do abastecimento não ser nem um pouco badalado atualmente na historiografia, a sua situação nem sempre foi esta. Prova disso é o fato de que a primeira obra aqui abordada – o livro ‘O Abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII’ da professora Mafalda Zemella – ter sido a primeira tese de doutorado em História da Civilização Brasileira defendida no país, no ano de 1951. Como uma obra datada de mais de 50 anos, esse livro apresenta certas características dos estudos de história de outro período. Existem traços da história tradicional, com uma forte preocupação com os fatos na pesquisa. Mesmo assim, a obra mostra a dinâmica da economia brasileira no XVIII, antes pouco conhecida. Ela demonstra

como a exploração de ouro e diamantes na região das minas ativa uma produção e comércio em vários pontos da América portuguesa como a Bahia, o Rio de Janeiro, São Paulo e o sertão nordestino e também regiões da América espanhola. Ela é ainda a primeira a demonstrar a inversão do abastecimento entre Rio e Minas no final do setecentos. Explica-se. Se durante todo o século XVIII, a capitania do Rio de Janeiro foi a principal abastecedora da região aurífera, no fim do século com a queda da produção de ouro e o crescimento da agropecuária nas Gerais, a situação se inverte, Minas Gerais passa a abastecer a crescente cidade do Rio de Janeiro e será eminente no suprimento de gêneros a esta cidade após a chegada da Corte em 1808¹.

Myriam Ellis, em 'Contribuição ao estudo do abastecimento das áreas mineradoras no século XVIII' de 1961, também traz os traços tradicionais e factuais do livro de Zemella. Apesar de ela ter levantado e trabalhado com os números dos direitos de entrada da região das minas, trazendo-os a público, ela traz explicações técnicas para o insuficiente abastecimento da região no século XVIII, assim como Zemella. Para elas, a grande demanda, a dificuldade de transportes e a alta taxaço explicam os problemas da carestia e os anos de fome em Minas Gerais². As duas não atentam para a estrutura da produção escravista e colonial e suas limitações.

Fora dos três grupos e tendo criado seu próprio grupo de estudos na Bahia, aparece a monumental pesquisa de Kátia Mattoso para a cidade de Salvador no século XIX. A pesquisa, feita ao longo de quinze anos e publicada em 1978, tem muitas semelhanças com os estudos do grupo de Maria Yedda Linhares, a quem, por acaso, Mattoso convidou para escrever o prefácio do seu livro. Assim como a professora Linhares, Kátia Mattoso tem uma influência direta da história serial francesa. O livro trata de uma longa duração, dá um panorama geográfico em seu início, fala de vários aspectos da cidade no século e traz uma história de

¹ Mafalda Zemella. *O Abastecimento da Capitania de Minas Gerais no século XVIII*. Tese de doutoramento. São Paulo: USP, 1951, *passim*.

² Myriam Ellis. *Contribuição ao Estudo do Abastecimento das Áreas Mineradoras no Século XVIII*. Rio de Janeiro: MEC, 1961, p. 41-4.

preços e salários para a cidade. Trata-se de uma grande contribuição à história regional baiana³.

O segundo grupo de pesquisa sobre o abastecimento é muito profícuo e tem seus estudos concentrados na década de 1970. É um grupo de historiadores que vai tratar especificamente da primeira metade do século XIX e com três grandes bandeiras: a defesa de uma grande ruptura na história nacional em 1808, a crítica de antigas visões da independência de explicação essencialmente externa e a atenção ao grupo dos negociantes nesse período da história.

Inaugura o trabalho deste grupo o artigo de Maria Odila Dias 'A Interiorização da Metrópole', publicado em 1972. Esse artigo traz os três elementos do grupo destacados acima. Ele defende que se relevem os processos internos do Brasil às vésperas da emancipação política, rejeitando a tese de explicação unicamente externa para a independência em 1822. Ela chama a atenção para dois fenômenos ocorridos no Brasil na época joanina, a interiorização da metrópole no Centro-Sul da América portuguesa e o enraizamento dos interesses mercantis portugueses na praça do Rio de Janeiro⁴. À época do artigo, essas duas expressões se apresentavam mais como hipóteses, mas logo foram confirmadas por duas pesquisas feitas sob sua orientação. Em um artigo de jornal de 1973, Sérgio Buarque de Holanda defende o artigo de Odila, destacando a nova interpretação sobre a independência. Ele lembra que a elite política do Primeiro Reinado é composta principalmente e negociantes⁵. Isso vai ser a grande característica desse grupo de pesquisa sobre o abastecimento, ao contrário dos outros dois, ele vai relacionar o abastecimento à política. Na verdade, eles demonstrarão como esses negociantes ligados ao abastecimento e outros negociantes vão ser importantes para a formação do Estado imperial brasileiro.

³ Kátia Maria de Queiroz Mattoso. *Bahia: a cidade de Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1978, *passim*.

⁴ Maria Odila Leite da Silva Dias. A interiorização da metrópole: 1808-1853. In: Carlos Guilherme Mota (org.). *1822: Dimensões*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1986, p. 165.

⁵ Sérgio Buarque de Holanda. Sobre uma doença infantil na historiografia. In: *O Estado de São Paulo*. 17 de junho de 1973, no. 829. São Paulo: 1973.

Outro importante estudo do grupo é publicado em 1976 com a orientação de Sérgio Buarque. É o 'Barão de Iguape' de Maria Thereza Petrone. Esse livro mostra o início da trajetória de Antônio da Silva Prado, que no segundo reinado foi um importante cafeicultor paulista e política. Entretanto, ele não acumulou capitais com a agricultura, mas com o comércio. Prado era um importante negociante do abastecimento de gado. O suprimento, no caso o de gado do Sul para o Rio de Janeiro, é um setor que movimenta grande quantidade de dinheiro e proporciona grandes possibilidades de acumulação para os negociantes envolvidos, sobretudo em função das práticas monopolistas destes últimos. Fica claro também como a vinda da Corte ativou este comércio e freqüentes ações da política joanina beneficiavam os negociantes do abastecimento⁶.

As dissertações de mestrado de Alcir Lenharo e Riva Gorenstein são as obras mais importantes desse grupo, confirmando plenamente as hipóteses de Maria Odila e trazendo novas questões para o debate. Alcir Lenharo parte da crítica das teses de Simonsen e Furtado de que há um esvaziamento da economia brasileira entre a decadência da produção aurífera e o sucesso da exportação do café de 1830 em diante. Usando Zemella e sua própria pesquisa, ele mostra a importância do abastecimento da Corte desde 1808. Lenharo deixa claro que busca as implicações políticas daquele comércio. Ele arrola todas as medidas benéficas a este comércio empreendidas pela política joanina: a melhoria das estradas, a isenção de serviço militar por parte dos tropeiros e a proibição de estrangeiros no comércio de cabotagem. Fica claro que o poder de pressão desses negociantes para com aquele recém-instalado Estado não devia ser fraco. Os benefícios de Pedro I aos negociantes do abastecimento foram maiores ainda. Além dos privilégios diretos aos negociantes, Lenharo ressalta a doação de sesmarias aos negociantes na região ao longo das estradas construídas ou reformadas no Vale do Paraíba. Essa prática de D. João VI vai semear a cafeicultura na região. Seria quase dispensável

⁶ Maria Thereza Schöerer Petrone. *O Barão de Iguape: um empresário na época de independência*. São Paulo: Nacional, 1976, *passim*.

lembrar a importância que têm os cafeicultores do Vale na consolidação do Estado imperial. Por fim, ele destaca o papel dos produtores e tropeiros mineiros ligados ao abastecimento no sufocamento da revolta liberal de 1842 naquela capitania. Esses homens desejavam manter um forte vínculo com o Rio de Janeiro, rejeitando a autonomia⁷.

O estudo de Riva Gorenstein não trata especificamente de abastecimento, mas mostra as várias formas de atuação econômica dos negociantes no Rio de Janeiro da época joanina, entre elas o abastecimento. Ela mostra como esses negociantes vão ser eminentes na política joanina, há ajuda desse grupo – inclusive financeira – ao Estado em momentos decisivos como na revolta pernambucana de 1817 e há uma grande adesão dos mesmos à independência⁸.

O terceiro grupo é certamente o mais robusto, que tem o maior número de pesquisas e o que estabeleceu uma metodologia própria para a pesquisa em abastecimento. Ele se afasta mais dos temas políticos e envolve-se em discussões como a brecha camponesa da escravidão, o modo de produção escravista colonial, entre outros temas. Quase todos os trabalhos desse grupo são feitos sob a orientação de Maria Yedda Linhares, com a forte presença também de Ciro Flamarion Cardoso.

Apesar de a produção desse grupo se concentrar na década de 80, os dois livros de Maria Yedda Linhares publicados em 1979, 'História do abastecimento: uma problemática em questão' e 'História política do abastecimento' dão o pontapé inicial para as pesquisas do grupo. Nas introduções desses livros, a autora defende uma metodologia de história total para a pesquisa com abastecimento. Deve-se levar em conta, então, a história agrícola, os hábitos e técnicas de cultivo, a organização fundiária, os transportes, a renda gerada, o consumo urbano, a política para o tema, os hábitos alimentares, as mentalidades, etc. Ainda, ela defende que se ligue a história do abastecimento às estruturas sociais do período. Nessas mesmas obras, ela

⁷ Alcir Lenharo. *As Tropas da Moderação: o abastecimento da corte na formação política do Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1993, *passim*.

⁸ Riva Gorenstein. Comércio e política: o enraizamento dos interesses mercantis portugueses no Rio de Janeiro (1808-1830). In: Lenira Menezes Martinho; Riva Gorenstein. *Negociantes e Caixeiros na Sociedade de Independência*. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1993, p. 148-53.

afirma que há poucos estudos sobre o assunto, levanta diversas hipóteses para problemas localizados e defende que se façam pesquisas regionais específicas⁹.

Essas pesquisas vêm ao longo da década de 80. São muitas e seria muito longo falar o que todos trazem de novo. Alguns exemplos, no entanto, são emblemáticos. Os estudos de mestrado de Hebe Mattos e Márcia Motta abordam regiões do Rio de Janeiro – Capivary e São Gonçalo respectivamente – que no século XIX eram especializadas na produção para abastecimento da cidade do Rio de Janeiro e de áreas de produção agro-exportadora. Elas mostram como escravos eram utilizados para essa produção e que havia pequenos proprietários com alguns escravos na lavoura. Elas criticam Maria Isaura de Queirós e Maria Sylvia Carvalho Franco por homogeneizar e taxar de dependentes dos grandes proprietários os grupos intermediários entre os escravos e os grandes proprietários. Elas explicitam uma realidade bem mais complexa para esses intermediários¹⁰.

Outros bons exemplos dessa linhagem são as teses de doutorado de Francisco Carlos Teixeira da Silva e João Fragoso. O estudo comparativo entre Rio e Salvador feito por Silva, além de confirmar a brecha camponesa, clarifica as freqüentes crises de carestia, escassez e fome coloniais. Elas não eram puro reflexo do movimento do comércio colonial, mas tinham causas diversas, como a ação do capital mercantil, os problemas de acesso à terra, o tabelamento de preços de produtos básicos a baixíssimos valores pelas Câmaras municipais, dentre outros. Esses fatores eram todos frutos da condição de economia escravista colonial¹¹.

'Homens de Grossa Aventura' de João Fragoso parece fechar os estudos feitos na década de 80 de uma maneira conclusiva e sintética. Através de seus estudos e citando os outros estudos de história regional feitos no período, ele mostra como aquela economia colonial tinha

⁹ Maria Yedda Leite Linhares. *História do Abastecimento: uma problemática em questão (1530-1918)*. Brasília: Binagri, 1979, p. 21-5. Maria Yedda Leite Linhares; Francisco Carlos Teixeira da Silva. *História Política do Abastecimento*. Brasília: Binagri, 1979, p. 17-22.

¹⁰ Hebe Maria Mattos. *Ao Sul da História: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 75-7. Márcia Maria Menendes Motta. *Pelas Bandas d'Além: fronteira fechada e arrendatários escravistas em uma região policultora (1808-1888)*. Tese de mestrado. Niterói: UFF/ICHF/PPGHIS, 1989, p. 10-15.

¹¹ Francisco Carlos Teixeira da Silva. *A Morfologia da Escassez: crises de subsistência e política econômica no Brasil colônia (Salvador e Rio de Janeiro, 1680-1790)*. Tese de doutoramento. Niterói: UFF/ICHF/PPGHIS, 1990, p. 404-8.

acumulações endógenas de capital – sendo o tráfico de escravos e o comércio de abastecimento, na concepção de Fragoso, as principais formas de acumulação –, tendo ela capacidade de se autofinanciar. Chega também à conclusão de que há no século XIX um mercado interno no país com epicentro na cidade do Rio de Janeiro. Prova que a maioria dos grandes negociantes da praça da cidade na época joanina já estavam na cidade antes da chegada da Corte, ao contrário do que acreditava Riva Gorenstein. Conclui dizendo que se tratava de economia exportadora com grande dinamismo interno em uma formação econômico-social com hegemonia do modo de produção escravista colonial, havendo a coexistência deste com outras relações de produção pré-capitalistas¹².

Vários são os outros estudos desse grupo. Apesar de ter se desenvolvido essencialmente na década de 80, esse ramo de pesquisa teve alguma continuação na década de 90. Ainda no início dessa década, Fábio Carvalho e Afonso Graça Filho iriam defender suas dissertações de mestrado, comprovando com dados que o capital industrial e financeiro carioca provinham diretamente do capital comercial daquela cidade, em especial do comércio de abastecimento¹³. Mesmo assim, outros temas longe do econômico-social emergem nesta década como os prediletos entre os novos pesquisadores e o estudo de abastecimento declina.

Algo que não pode ser abordado a fundo nesta apresentação, mas que não pode deixar de ser destacado é a relação entre essa produção historiográfica e a história do país. Não é possível pensar, por exemplo, a produção sobre abastecimento das décadas de 50 e 60 sem pensar também a teoria da dependência e as outras buscas do período para se entender o subdesenvolvimento brasileiro. Da mesma forma, seria surreal não vincular toda a produção de história agrária da UFF com a anistia política, a redemocratização, as mobilizações no campo, o

¹² João Luiz Ribeiro Fragoso. *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992, *passim*.

¹³ Fábio Garcez Carvalho. *Hierarquização e oligopólio: o caso do comércio de gêneros alimentícios na cidade do Rio de Janeiro (1892-1922)*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS/PPGHIS, 1992, p. 95-100. Afonso Alencastro Graça Filho. *Os Convênios da Carestia: organização e investimento do comércio de subsistência da Corte (1850-1880)*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS/PPGHIS, 1991, p. 221-3.

surgimento do MST e a votação da reforma agrária na Constituinte na década de 80. Infelizmente, não se trata aqui de estabelecer essas interessantes e complexas relações.

É possível agora fazer uma avaliação final dessa historiografia. Uma crítica interessante a alguns estudos do terceiro grupo, e acreditamos que possa ser generalizado a todas ou quase todas as pesquisas deste grupo, foi feita pela professora Sônia Regina de Mendonça. Para ela, essas pesquisas usam vasta documentação, mas restringem-se ao econômico. Muitas vezes, inclusive, os estudos abordam a política agrária e a política para o abastecimento sem discutir o Estado¹⁴. Um exemplo é o estudo de Teixeira da Silva, que aborda a administração da Câmara de Salvador, do governo-geral do Brasil e do Estado português sem tratar da natureza dessas instâncias políticas. Não faz como o segundo grupo, que estuda os negociantes do abastecimento para entender o Estado. Outro exemplo é o do estudo de João Fragoso. Em todo o livro, não se fala do Estado ou de política e para o autor, que argumenta apenas com motivos econômicos, não há uma ruptura na história nacional em 1808. Essa é exatamente a crítica de Sônia de Mendonça, a da perigosa separação entre o político e o econômico.

No entanto, os aspectos positivos dessa produção são infinitamente superiores aos aspectos negativos. Ficou provada a brecha camponesa, atentou-se para a importância dos negociantes na história nacional, explodiu-se com o velho modelo de plantations monocultoras escravistas voltadas para a exportação tanto na época colonial como no século XIX e deram-se novas interpretações para a independência e a formação do Estado imperial. Enfim, a historiografia do abastecimento deixou a história brasileira mais complexa, dinâmica e menos simplista, logo, mais interessante para o estudo.

¹⁴ Sônia Regina de Mendonça. Estado, agricultura e sociedade no Brasil da primeira metade do século XX. In: Noemí Girdal-Blancha; Marta Valencia. *Agro, Tierra y Política: debate sobre la historia rural de Argentina y Brasil*. Buenos Aires: REUNÍ, 1998, p. 135-6.